

## Plenário aprova Lei Pelé e projeto contra a lavagem de dinheiro

*Em dia de esforço concentrado, Senado acolhe também acordos internacionais e proposta que permite abater qualquer avião que penetrar no espaço aéreo brasileiro e se recusar a cumprir ordens de pouso*



Com sessões pela manhã e à tarde, o plenário promoveu prolongados debates sobre as matérias na pauta de ontem

O plenário do Senado aprovou ontem mais três matérias importantes incluídas na pauta da convocação extraordinária: a Lei Pelé, o projeto contra a lavagem de dinheiro e a proposta que permite à Aeronáutica abater qualquer avião desconhecido que penetrar no espaço aéreo brasileiro e se recusar a cumprir ordens de pouso. Em um dia de esforço concentrado, com sessões pela manhã e à tarde presididas pelo senador Antonio Carlos Magalhães, o plenário aprovou várias outras matérias. **Págs. 3 a 5**

### Diretor da Aneel anuncia multa contra a Light

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, José Mário Miranda Abdo, anunciou ontem na Comissão de Assuntos Econômicos que, devido aos problemas do consumidor carioca com a

contínua falta de energia elétrica - que acarreta visíveis danos a aparelhos e prejuízos aos prestadores de serviços -, a agência estabeleceu a aplicação de uma multa no valor de R\$ 2 milhões contra a Light. **Página 6**



Abdo, ao lado de Serra na mesa, discute problemas do consumidor de energia

### ACM vê o Senado em luta pela moralidade

Ao votar, em menos de oito dias, os projetos sobre quebra do sigilo bancário e lavagem de dinheiro, "o Senado demonstrou que está em luta permanente pela moralidade no país", com reflexos positivos na imagem do Brasil perante a comunidade internacional. A observação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao final das votações de ontem. Ele ressaltou que o governo agora está mais aparelhado para combater esse tipo de crime. **Página 4**



ACM: imagem positiva do país

**Cabral denuncia  
ameaças à Amazônia**

**PÁGINA 7**

# Lobão pede incentivo para as exportações

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou ontem que o governo federal não pode controlar a balança comercial em razão das dificuldades que são criadas para a exportação de alguns produtos. Em sua opinião, a exemplo de outros países, o Brasil deve investir



Lobão quer estímulos

mais em marketing e feiras, estimulando e incentivando a venda dos produtos brasileiros no exterior. Ele destacou que o país, considerado a 8ª economia do mundo, participa apenas com

1% nas exportações mundiais.

Edison Lobão disse que o Brasil desejou nesse meio século manter superávit na balança comercial pela estratégia, entre outras, do controle de importações. No entanto, com a abertura com

ercial de hoje, vê agravar-se o problema das contas externas.

Entre outros obstáculos a um maior incremento das vendas externas do Brasil no setor de exportações, Edison Lobão citou a

inadequação da política de exportação, a fragilidade do sistema de defesa comercial, além de falhas no Sistema Tributário - segmento mais importante na correção de preços dentro da competição externa.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) criticou a falta de critério do governo no caso das importações e destacou que se não fosse a contribuição da agricultura, a dívida do país seria maior. Ele também defendeu uma política externa mais agressiva para as nossas exportações, assinalando que, do contrário, será irreversível o controle do déficit público.

# Suplicy cobra providências da Saúde sobre denúncias de corrupção em Roraima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento de informações dirigido ao ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, em que pede esclarecimentos sobre que providências foram adotadas diante de uma série de denúncias contra a coordenação da Fundação Nacional de Saúde em Roraima. Ele também solicita informações sobre o posicionamento do ministério em relação à criação de distritos sanitários indígenas.

As denúncias - feitas por sindicatos de servidores públicos e encaminhadas ao procurador da República do estado de Roraima - apontam para descaso com a saú-

de dos índios, péssimas condições de trabalho dos servidores da FNS, falta de médicos e medicamentos e malversação de recursos públicos.

Suplicy também salientou que já está no Senado projeto do deputado Sérgio Arouca (PPS-RJ), que legaliza a estrutura dos distritos sanitários indígenas. Conforme disse, hoje existem os distritos sanitários Yanomami e do Leste, "ambos criados através de portarias, por iniciativas de órgãos regionais e parceiros. O sistema de saúde indígena não foi transformado em política pública, orientada pelo governo federal".

## Agaciel e Carreiro no Conselho da Anatel

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, designou o diretor-geral do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia, e o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, para exercerem as funções de membros do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), como representantes do Senado Federal, com mandatos de dois e três anos, respectivamente.

## Para Júnia, ajuste não reduzirá déficit público

Amparada em informações de técnicos do próprio governo, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse ontem que o ajuste fiscal promovido pelo governo no final do ano passado serviu para cumprir a classe média, com o aumento do Imposto de Renda, mas não servirá para reduzir o déficit do Tesouro. Os propalados ganhos preconizados pelo governo para conseguir o sacrifício de toda a nação, segundo a senadora, foram nulos.

Em sua opinião, aconteceu exatamente o contrário, visto que a situação econômica do país continuará prejudicando essa parcela da população já archoada por salários baixos e pelo desempre-



Júnia: medidas paliativas

go. "Ao solicitar a aprovação do ajuste fiscal, alegando que arrecadaria R\$ 20 bilhões e evitaria que a crise asiática atingisse nosso país, o governo pediu o apoio do Congresso e da opinião pública e agora admite que o esforço foi inútil", frisou.

Júnia Marise se referia à entrevista em que o secretário do Tesouro, Eduardo Guimarães, disse que, em razão da elevação das taxas de juros, os recursos resultantes do ajuste fiscal não serão suficientes para melhorar as contas do governo. "Portanto, esse dinheiro deve ir para o ralo do déficit público e certamente não alcançará os objetivos do governo nem daqueles que foram sacrificados", acentuou.

## Abdias homenageia pintor de São Paulo

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) registrou ontem o pesar e as homenagens do mundo artístico e cultural de São Paulo ao pintor Nelson Nóbrega, falecido na semana passada. "Os que frequentam o mundo das artes neste país sabem que com ele perderam não apenas um dos maiores pintores brasileiros, mas também o mestre consumado das artes plásticas, venerado, conhecido e consagrado pelos nomes mais altos da pintura brasileira", disse.

Conforme Abdias Nascimento, Nelson Nóbrega nasceu em Piracicaba, em 1889; foi diretor da Escola de Arte e Artesanato



Abdias: luto no mundo das artes

do Museu de Arte Moderna de São Paulo; criou e foi diretor dos Cursos Livres de Arte na Fundação Álvares Penteado, e era o último sobrevivente entre os pensionistas da Revolução Constitucionalista de 1932.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

#### Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal  
16h30 - Recebe o ministro da Administração, Bresser Pereira

### PLENÁRIO

10h - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado  
Pauta: Discussão e votação da redação final do "PLC nº 78/97, que institui normas gerais sobre desporto (Lei Pelé); "Projeto de Resolução nº 11/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a elevar, temporariamente, e em caráter excepcional, seu limite de endividamento para fins de emissão, mediante ofertas públicas, de letras financeiras, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998; "Projeto de Resolução nº 164/97, que autoriza o estado de Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endivi-

damento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Bird, no valor de US\$ 45 milhões, destinada a financiar parcialmente o programa de reforma do estado; "Projeto de Resolução nº 9/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Bird, no valor equivalente a até US\$ 155 milhões, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto de Suporte à Reforma do Setor Ciência e Tecnologia; "Projeto de Resolução nº 12/98, que autoriza o estado do Espírito Santo a transferir, para a CEF, débitos junto a instituições financeiras privadas, no valor total de R\$ 26,4 milhões, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados; e "Projeto de Resolução nº 13/98, que autoriza o estado do Pará a contratar, junto à CEF, operação de crédito que consiste na aquisição, pela Caixa, de créditos detidos por instituições financeiras privadas junto ao estado do Pará, no montante de R\$ 24 milhões, 211 mil e 332.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

*Plenário aprova e encaminha à sanção presidencial projeto que modifica o Código Brasileiro de Aeronáutica. Objetivo é reprimir a ação de contrabandistas e narcotraficantes*

## Avião suspeito pode ser abatido

Qualquer avião desconhecido, civil ou militar, que penetrar no espaço aéreo brasileiro e se recusar a cumprir ordens das autoridades para pousar em algum lugar pode ser abatido, por ordem do presidente da República. A determinação consta de projeto aprovado ontem pelos senadores, modificando o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Conforme justificativa dos ministros da Aeronáutica e da Justiça, a legislação brasileira não é clara ao se referir às aeronaves desconhecidas, sob suspeição, que se recusam a pousar. O relator do projeto na CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), afirmou em plenário que o objetivo da proposta é oferecer instrumentos à FAB na interceptação de aviões usados por contrabandistas e pelo narcotráfico que entram no território brasileiro.



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, dirige os trabalhos da reunião plenária

- Não há objetivo belicoso ou militar no projeto. Pela sua extensão territorial e pela sua vizinhança, onde se produz narcotráfico,

o Brasil é um singular espaço físico para circulação e escoamento de narcóticos. Por isso, o país precisa também de uma legislação

singular para sua proteção - assinalou José Agripino. O projeto vai à sanção do presidente da República.

## Acolhidos acordos de cooperação econômica

O plenário do Senado aprovou ontem dois acordos externos assinados pelo governo brasileiro, além dos textos de constituição e os estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, firmados pelas autoridades brasileiras em Lisboa, em julho de 1996.

A comunidade está composta por Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Os acordos externos são de cooperação econômica e industrial com a Itália, assinado em fevereiro do ano passado, e cultural com o Uruguai, firmado em outubro de 96.



Na CCJ, senadores sabatinam o general Enaldo Siqueira

## Otoniel registra sucesso da convocação extraordinária

O Senado pode exibir ao país, com muito orgulho, os resultados positivos atingidos na convocação extraordinária, com a aprovação de matérias que são respostas precisas às exigências da população brasileira, afirmou ontem o senador Otoniel Machado (PMDB-GO).

Entre as matérias aprovadas, o senador destacou a reforma administrativa, que, a seu ver, sustentará um modelo de gerenciamento público moderno, que orientará a ação governamental para o atendimento de prioridades sociais como educação, saúde

e de segurança.

Do ponto de vista da prestação de serviços públicos, a reforma promoverá desburocratização e senso de profissionalismo, disse.



Otoniel: respostas às exigências

## Senadores aprovam nome de novo ministro do STM

Os senadores aprovaram na sessão da tarde de ontem, por 64 votos favoráveis, nenhum contrário e duas abstenções, mensagem do presidente da República indicando o general-de-exército José Enaldo Rodrigues de Siqueira para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar.

A indicação de Siqueira já havia sido aprovada, pela manhã, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Na mesma sessão, o plenário aprovou os nomes de dois novos embaixadores brasileiros no exterior. Synésio Sampaio Goes Filho vai para a embaixada em Portugal e Mario Augusto Santos representará o Brasil junto à República da Ucrânia.

Os senadores concordaram com requerimento dos líderes extinguindo a urgência para projeto que autoriza as cooperativas de trabalho a manter vínculos empregatícios com seus associados. A matéria retornará à CAS.

## STF pode mudar quadro de pessoal

Projeto de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, autorizando-o a criar, transformar e extinguir cargos e funções do seu quadro de pessoal, foi aprovado ontem pelo plenário do Senado. A proposta autoriza o Supremo a criar 128 cargos de Analista Judiciário, 89 de Técnico Judiciário e 61 de Auxiliar Judiciário.

A matéria foi relatada favoravelmente na CCJ pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA), o qual apresentou emenda para restabelecer na proposta original um artigo, derrubado na Câmara, facultando ao STF a possibilidade de transformar funções comissionadas, desde que isso não resultasse em acréscimo de despesa. A emenda não foi aprovada pelo plenário.

Outro projeto aprovado pelos senadores autoriza o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, a promoverem a criação e extinção de cargos. Serão criados 140 cargos de pesquisador e tecnólogo, ao mesmo tempo em que ficam extintos outros 225.

## Empréstimo beneficia área de tecnologia

O plenário do Senado vota hoje cinco projetos de resolução que autorizam a União a tomar empréstimo externo e governos estaduais a elevar temporariamente seu endividamento ou repassar à CEF dívidas junto a instituições financeiras privadas. O empréstimo ao governo federal será concedido pelo Banco Mundial, no valor de US\$ 155 milhões, para aplicação no Projeto de Suporte à Reforma do Setor Ciência e Tecnologia.

A resolução sobre elevação temporária de endividamento beneficia o estado de Mato Grosso, o qual tomará financiamento no Banco Mundial, no valor de US\$ 45 milhões, para bancar parcialmente o Programa de Reforma de Mato Grosso. Já o Espírito Santo quer autorização para transferir à CEF dívidas no sistema financeiro privado de R\$ 26 milhões. O estado do Pará repassará à CEF dívidas no valor de R\$ 24 milhões.

*A nova lei estabelece pena de três a 10 anos de reclusão, além de multa, para a ocultação de bens ou valores provenientes dos crimes de tráfico de drogas, terrorismo e contrabando de armas, entre outros*

## Projeto contra lavagem de dinheiro vai à sanção

O projeto de lei de iniciativa do Executivo que criminaliza a lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes de tráfico de drogas, terrorismo e contrabando, entre outros atos ilícitos, foi aprovado ontem pelo plenário do Senado, em votação simbólica, com o acolhimento de três emendas de redação apresentadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto será, agora, enviado à sanção presidencial.

A emenda da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de autoria do senador Jefferson

Pêres (PSDB-AM), que pretendia incluir no texto do projeto os crimes contra a ordem tributária foi rejeitada pelo relator do projeto, senador Romeu Tuma (PFL-SP), e também pelo plenário. Tuma argumentou que outra lei já prevê severas sanções contra os agentes desse tipo de crime.

A nova lei estabelece pena de três a 10 anos de reclusão, além de multa, para a ocultação de bens ou valores provenientes de crime de tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, extorsão mediante seqüestro, crimes contra a administração pública ou

contra o sistema financeiro nacional ou ainda os crimes praticados por organização criminosa.

O projeto estabelece normas rígidas quanto à identificação de clientes e manutenção de registros de suas transações para as pessoas jurídicas que tenham como atividade principal ou acessória a captação, intermediação e aplicação de instrumento cambial; a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro; ou a emissão e negociação de títulos ou valores mobiliários.

Sujeitam-se também às mesmas

normas as bolsas de valores e de mercadorias ou futuros, as seguradoras e corretoras de seguros, as administradoras de cartões de crédito, as empresas de *leasing* e *factoring*, as empresas de promoção imobiliária e as pessoas físicas ou jurídicas que comercializam jóias.

Com o intuito de disciplinar e aplicar penas administrativas, além de receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na nova lei, o projeto cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), ligado ao Mi-

nistério da Fazenda.

O projeto prevê que o conselho será composto por servidores públicos do quadro de pessoal dos seguintes órgãos: Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal, órgão de inteligência do Poder Executivo, Departamento da Polícia Federal e Ministério das Relações Exteriores, atendendo, nesses três últimos casos, à indicação dos respectivos ministros de Estado.

### A PROPOSTA, NA OPINIÃO DOS SENADORES

*Vários senadores participaram da discussão em torno do projeto de lei da Câmara que trata dos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes de tráfico de drogas, terrorismo e contrabando. Eis a opinião deles:*

#### ROMEUM TUMA

O relator, senador Romeu Tuma, afirmou que o Brasil precisa urgentemente da lei, que está intimamente ligada aos acordos internacionais. Disse também que o Brasil é até hoje considerado um paraíso fiscal para a lavagem de dinheiro:

- Temos tido pressão internacional - acrescentou.

Tuma reafirmou sua posição contrária à emenda de Jefferson, lembrando que o país já tem uma lei que pune crimes contra a ordem tributária, e disse que qualquer tentativa de atrasar a votação da lei sobre a lavagem de dinheiro iria dar espaço para mais impunidade.

#### RAMEZ TEBET

O projeto da lavagem de dinheiro vem integrar o Brasil na comunidade internacional, à medida que é produto de um compromisso assumido pelo Brasil internacionalmente. Foi o que afirmou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), para quem era necessário que o projeto não sofresse alterações para não ser remetido

novamente à Câmara:

- É preciso que o Senado aprove o projeto como está e como exige a sociedade - defendeu.

#### EMÍLIA FERNANDES

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) destacou que hoje os criminosos agem cada vez mais de forma global, e que, com o projeto, o Brasil assume, com certo atraso - tendo em vista que vários países já dispõem de legislação sobre o assunto -, o compromisso de inibir a lavagem de dinheiro.

Para a senadora, o projeto dá início a um processo de combate a um crime que estimula outros, como o tráfico de drogas e o contrabando.

#### PEDRO SIMON

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que, com o projeto, o país estará dando "um passo adiante". Segundo o senador, a lavagem de dinheiro é uma questão "das mais graves e cruéis da vida brasileira". Ele lembrou que o mundo inteiro está colocando em debate esse assunto, e disse que "parece mentira, mas o Brasil não tinha uma lei sobre isso".

Simon destacou a oportunidade de aprovação da matéria, lembrando que o projeto foi enviado ao Congresso pelo então ministro da Justiça, Nelson Jobim, e defendeu a aprovação de emenda da Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE), de autoria do senador Jefferson Pêres, que pretendia incluir o crime de natureza tributária no texto da lei.

- É exatamente no caixa 2 de algumas empresas que existe um grande foco de lavagem de dinheiro. Se essa lei trata de toda a matéria, por que isso ficou de fora? - indagou.

#### JÁDER BARBALHO

O líder do PMDB, senador Jáder Barbalho (PA), queixou-se da pressão com que as matérias são votadas no Senado:

- Se é emenda à Constituição, o governo alega que corre risco a estabilidade econômica. Se é legislação ordinária, o relator confessa que há emendas importantes, mas que não devem ser aceitas em nome da celeridade - disse, referindo-se à posição de Tuma em parecer sobre o projeto da lavagem de dinheiro.

Para Jáder Barbalho, o Senado está perdendo sua condição de Casa revisora:

- Que Casa revisora é essa, se em nome da celeridade temos que aprovar um texto que até o relator acha que merece ser aperfeiçoado?

O líder chamou a atenção dos demais senadores para que evitem que isso se torne rotina.

#### JOSÉ FOGAÇA

A defesa da emenda de Jefferson Pêres - de inclusão, na lei, do crime contra a ordem tributária - também foi feita

pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).

O senador sustentou que "o Brasil precisa entrar nesse clube de países civilizados que rejeitam a lavagem de dinheiro".

#### JOSÉ IGNÁCIO

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) homenageou o governo "pela presteza com que encaminhou o anteprojeto ao Congresso", a Câmara dos Deputados por ter votado a matéria com brevidade e o relator Tuma pelo trabalho desenvolvido. Ele comentou a importância do projeto, na medida em que cria um crime autônomo.

#### JÚNIA MARISE

Apesar de o projeto não ser o ideal, constituiu-se em um grande avanço. Essa opinião foi manifestada pela senadora Júnia Marise (PDT-MG), para quem o Brasil era considerado um país em que todo mundo exercia o direito de ser ilegal, já que não havia lei para estancar o crime de lavagem de dinheiro.

Júnia Marise destacou a importância de o projeto incluir os crimes contra a administração pública entre os que produzem bens ou valores que não podem mais ser ocultados ou dissimulados.

### ACM destaca luta pela moralidade

O senador Antonio Carlos Magalhães afirmou que ao votar, em menos de oito dias, os projetos sobre quebra do sigilo bancário e lavagem de dinheiro, "o Senado demonstrou que está em luta permanente pela moralidade no país", com reflexos positivos para a imagem do Brasil perante a comunidade internacional.

- O Senado vem desenvolvendo ação moralizadora da vida nacional, e deu uma demonstração inequívoca de que quer seriedade no país - afirmou.

Antonio Carlos disse que o projeto que pune a lavagem de dinheiro, aprovado na sessão da manhã de ontem, vai permitir que "muitos dos que vivem do narcotráfico, do crime, ou que exploram a prostituição, sejam pegos ao tentar lavar o dinheiro sujo".

- Agora a lei vai facilitar que as autoridades possam prender e punir os que levam ao desespero a vida de tantos brasileiros - assinalou.

O presidente do Senado advertiu que, embora a nova lei vá dificultar a utilização do território brasileiro como rota do tráfico de drogas, não é suficiente para evitar o problema, cabendo ao governo empregar os recursos do Orçamento votado pelo Congresso para aparelhar a Polícia Federal e outros instrumentos de combate ao crime.



*A nova legislação promove avanços significativos na regulamentação das atividades esportivas, como a possibilidade de os clubes de futebol se transformarem em empresas e a ampliação dos direitos dos atletas*

## Senadores aprovam a Lei Pelé por unanimidade

O plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei que institui normas gerais sobre o desporto nacional, mais conhecido como Lei Pelé. A redação final será votada hoje, em sessão extraordinária convocada para as 10h. Aprovada a redação, o projeto irá à sanção presidencial.

Com 11 capítulos e 97 artigos, a nova legislação promove avanços significativos na regulamentação das atividades esportivas, como a possibilidade de os clubes de futebol se transformarem em empresas; ampliação dos direitos e da proteção aos atletas profissionais, inclusive extinguindo o "passe" três anos após a vigência na nova legislação; disciplina a realização de bingos e reforça seu compromisso com a promoção e o desenvolvimento do esporte.

A aprovação do texto oriundo da Câmara - foram incorporadas apenas emendas de redação - ocorreu em razão de um entendimento político realizado anteriormente, e com o compromisso da liderança do Governo em levar recomendações de vetos e aprimoramentos do texto da nova lei ao presidente da República, quando da regulamentação de seus dispositivos.

Pelo projeto, o Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (Indesp), organizado como autarquia federal, tem a finalidade de "promover, desenvolver a prática do desporto e exercer outras competências específicas que lhe são atribuídas nesta lei". Esse foi um dos pontos questionados por diversos senadores, que temem excessiva concentração de poder nas mãos de um órgão. Outro ponto em que os senadores recomendam aprimoramento é a predominância do futebol nos dispositivos de uma lei geral, que regulamenta todas as práticas esportivas.

Quanto à proteção aos atletas profissionais, o projeto determina que lhes sejam garantidas as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social. Fica instituído o Dia do Desporto, a ser comemorado no dia 23 de junho, Dia Mundial do Desporto Olímpico. Por outro lado, a denominação e os símbolos da entidade de administração do desporto, bem como o nome ou apelido desportivo do profissional, passam a ser "propriedade exclusiva dos mesmos, sem necessidade de registro ou averbação no órgão competente".



Entendimento político prevalece no plenário ao aprovar a nova lei

## Líderes defenderam a rejeição das emendas

*Durante a discussão do projeto de lei que institui normas gerais sobre desportos - a Lei Pelé -, vários senadores enfatizaram o acordo para que a matéria fosse mantida com o texto oriundo da Câmara, considerando que o projeto é moderno, e defenderam a rejeição das emendas apresentadas. A intenção era evitar que a proposição voltasse ao exame dos deputados e a sua aprovação somente pudesse acontecer em março.*

*Os três relatores da proposta - senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), na Comissão de Constituição,*

*Justiça e Cidadania; Benedita da Silva (PT-RJ), na Comissão de Assuntos Sociais; e Artur da Távola (PSDB-RJ), na Comissão de Educação -, que deram pareceres favoráveis ao texto da Câmara dos Deputados, rejeitaram as emendas apresentadas, inclusive duas supressivas oferecidas pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) sobre o funcionamento periódico dos bingos e a destinação de sua arrecadação. Ao final do encaminhamento da votação, Lobão retirou as emendas.*

**JÁDER BARBALHO**  
O senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), em apoio às emendas apresentadas por Edison Lobão, informou não ter participado da reunião entre os líderes do Senado e Câmara e o ministro Pelé para fechar o acordo, manifestação que foi refutada pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, ao lembrar que o senador Nabor Júnior (AC) representou o PMDB no encontro.

**JOSÉ IGNÁCIO**  
Já o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) disse que o projeto continha vários erros e impropriedades na sua redação, apesar de seus "altos, nobres e elevados objetivos". José Ignácio disse ainda estranhar o por que de esta Casa não poder desempenhar o papel de revisora que a ela cabe.

**JOSÉ FOGAÇA**  
O senador José Fogaça (PMDB-RS) criticou a falta de apoio aos clubes de futebol ao

formarem divisões de base em relação às empresas que poderiam administrar esse esporte futuramente.

Fogaça criticou, ainda, outros pontos do projeto, mas disse, porém, que ele tem, em seu bojo, um inegável conteúdo de modernização.

**ELCIO ALVARES**  
Por sua vez, o líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES), garantiu que as imperfeições contidas no projeto seriam revistas por

meio de vetos do presidente da República e, lembrou, que o Senado não estava "homologando" matérias oriundas da Câmara, "como dizem alguns críticos", mas sim ratificando um acordo para a modernização do desporto no país.

**JOSÉ EDUARDO DUTRA**  
O senador José Eduardo Du-



tra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, manifestou apoio à aprovação da matéria, lembrando que governo e oposição já haviam

se entendido em relação a outras matérias polêmicas em algumas ocasiões.

"Estamos votando uma lei que não é a melhor - inclusive não é a que eu defenderia - mas creio que é a adequada para inserir modernidade no esporte brasileiro", concluiu.

**GERSON CAMATA**  
O senador Gerson Camata (PMDB-ES) criticou a maneira como a questão do bingo está incluída no projeto:

"Essa lei é contrária à direção do governo Fernando Henrique Cardoso, que

está privatizando tudo, pois ela estatiza o esporte. Mais um pouco e, para se jogar uma "pedrada" num campo qualquer, ou se disputar um campeonato de tiro ao alvo, será preciso mandar um requerimento de autorização para o ministro extraordinário dos Esportes", disse.

**SEBASTIÃO ROCHA**  
O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) manifestou seu apoio ao projeto dizendo que o ministro Edson Arantes do

Nascimento, Pelé, fez um "gol de placa" com a iniciativa do encaminhamento dessa lei sobre o desporto.

"Essa lei", disse ele, "vai beneficiar todo o desporto nacional, não só os atletas, mas também os clubes, garantindo maior transparência às entidades que coordenam o desporto nacional".



## Simon elogia "A Voz do Cidadão"



Pedro Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou o serviço "A Voz do Cidadão" - mantido pela Coordenação de Relações Públicas do Senado - que recebe sugestões, críticas e pedidos de informação do público em geral e os encaminha aos senadores ou órgãos competentes da Casa.

Já que não temos condições de perambular pelo Brasil, o "A Voz do Cidadão" faz com que o cidadão possa pegar o telefone, fazer sua sugestão ou crítica. Essa é uma iniciativa altamente positiva, que coloca o Senado à vista da sociedade e permite que nós saibamos receber a crítica e a sugestão com humildade - considero.

Simon lembrou que as pessoas, em geral, telefonam para o "A Voz do Cidadão" após assistirem aos debates no plenário e nas comissões pela TV Senado. Ele disse ser um admirador da TV Senado, "grande trabalho" de iniciativa da gestão José Sarney continuado "com competência" pela administração Antonio Carlos Magalhães.

O senador gaúcho comentou que lhe chama atenção e lhe despertou muito respeito o serviço "A Voz do Cidadão", que dá espaço a que qualquer pessoa, de qualquer parte do país, ligue gratuitamente para o Senado e formule sua pergunta a um dos senadores.

## ACM recebe visita de Paulo Maluf

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência na tarde de ontem o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, que visitava o Congresso para acompanhar a votação das reformas.

À saída do encontro, Maluf disse que tinha vindo conversar com "um Ph.D. em política" sobre a situação em seu estado. O senador confirmou o tema, ressaltando que não é político por São Paulo, mas pelo Brasil, e disse que, sobre as perspectivas de aliança interpartidária, "quem pode falar é o Jorge Bornhausen".

Comissão de Assuntos Econômicos ouve diretor da agência sobre problemas com empresa privatizada no Rio de Janeiro

# Aneel multa Light por má prestação de serviço

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo, anunciou ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que, devido aos problemas do consumidor carioca com a contínua falta de energia elétrica - que acarreta visíveis danos a aparelhos eletrodomésticos, computadores e aos lucros cessantes dos prestadores de serviços -

a agência estabeleceu a aplicação de uma multa no valor de R\$ 2 milhões contra a Light.

José Mário, que esteve na CAE atendendo a requerimento do senador Esperidião Amin (PSB-SC), fez uma exposição sobre o suprimento de energia elétrica no país, abordando em especial os seguintes colapsos de abastecimento de energia elétrica no Rio de Janeiro.

O diretor da Aneel explicou que a multa aplicada diz respeito à qualidade de serviço prestado e que a concessionária terá amplo direito de defesa, como prevê o decreto de criação da agência. Ele observou que a Aneel existe não para servir ao governo, e sim à sociedade brasileira, e que não está nos planos da agência para o ano de 1998 o racionamento de energia. Ao contrário, acentuou, espera-se, a partir do ano que vem, a melhoria significativa do suprimento de energia elétrica com a entrada em operação de novas usinas.

Ele destacou que a meta da Aneel com relação à Light é que a concessionária deve manter ou melhorar os níveis de qualidade de fornecimento verificados na média dos últimos cinco anos. Disse ainda que reajustes tarifários anuais pratica-



Abdo (E) ao lado do presidente da CAE, José Serra

dos pela empresa devem ser feitos com base no IGPM e na variação dos custos externos à empresa, dentre outras recomendações a serem cumpridas com previsão de penalidades, que podem ir da advertência e multas até à caducidade.

Segundo José Mário, o setor elétrico se encontrava no ano de 1995 com investimentos insuficientes, com tarifas defasadas, obras paralisadas, concessões não iniciadas e inadimplência setorial. Com a instituição da Aneel, em dezembro de 1997, já estão em curso a licitação e outorga de cinco novas obras de geração, regulamentação do livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição, privatização de oito distribuidoras e uma geradora, novo regulamento das condições gerais de fornecimento - com valorização do consumidor - e entrada programada em operação de geração de 1.656 MW.

José Mário Abdo disse que as perspectivas de curto e médio prazos da Aneel são a elevação dos investimentos nas empresas privatizadas, combate ao desperdício de energia elétrica, fortalecimento da fiscalização da agência e a implementação de programa de metas para melhoria da qualidade do for-

necimento.

O senador Esperidião Amin, autor do requerimento de convocação, afirmou que estava sendo mais compreensivo com o colapso de energia no Rio de Janeiro do que o governo, lembrando as críticas que o ministro das Comunicações fez com relação ao problema.

Já o senador Wilson Kleiübing (PFL-SC) quis saber como se cassava uma concessão. Em resposta, José Mário Abdo disse que a figura da caducidade está prevista na legislação de criação da Aneel e ela pode se dar em função da reincidência da concessionária, evoluindo para o processo de cassação aplicado pelo poder concedente.

Por sua vez, o senador Jefferson Pêres (PSDB-AM) lamentou que no processo de privatização tenha sido colocado o carro na frente dos bois, devido ao atraso na criação de um órgão fiscalizador. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) requereu do diretor da Aneel as cópias dos contratos da Cerj e da Light para ter um parâmetro dos lucros auferidos pelas empresas. José Mário Abdo esclareceu que as cópias já tinham sido publicadas no Diário Oficial da União.

Ao encerrar a audiência pública, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador José Serra (PSDB-SP), afirmou que, para ele, tinha ficado claro que a falta de investimentos, o pico no consumo de energia elétrica e o enxugamento aolado de funcionários da Light, cerca de 38%, deixaram a empresa desprevenida, comprometendo os serviços de manutenção e atendimento ao consumidor.

## Jonas apóia MP sobre o boi gordo

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) elogiou ontem o governo federal e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pela iniciativa de regulamentação do mercado de boi gordo. Relator da Medida Provisória nº 1.637 que trata do assunto, o senador justificou a importância da matéria na observação, "nos últimos anos, de um aumento expressivo nos contratos de investimento coletivo firmados entre investidores e empresas que se dedicam, sobretudo, à criação e engorda de animais e à produção de leite".

- Temos que trabalhar em cima dessa medida provisória para dar garantia às empresas e aos pequenos investidores - disse, destacando o papel regulador e fiscalizador da MP.

Em aparte, o senador Leonel Paires (PFL-DF) considerou o assunto da maior gravidade. Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou "que os investidores podem ser vítimas de uma propaganda enganosa".

## Dutra comemora 18 anos de PT

O Partido dos Trabalhadores, sem dúvida alguma, tem dado contribuição fundamental para a democracia brasileira, disse ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ao destacar, em plenário, o 18º aniversário do PT transcrito terça-feira. "A direita tentou impedir a legalização do partido, que, mesmo assim, contornou dificuldades e obstáculos e conseguiu se firmar no cenário político nacional", disse.

- O PT é um partido diferente, mas continua com as mesmas características - acrescentou.

Em aparte, o senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que "o PT é a maior representação política da oposição brasileira". Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que "nos consideramos a presença do PT no processo político brasileiro como um bem".

- Mesmo nas divergências política e ideológica, todos nós respeitamos a presença do PT e reconhecemos a sua importância - disse o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães.



Jonas Pinheiro

## Benedita julga caótica e lastimável a situação

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que o grave problema de falta de energia elétrica por que está passando o estado do Rio de Janeiro é caótico e lastimável. A seu ver, a cidade maravilhosa vive uma das piores crises e "como consequência, sofre danos irreparáveis, como mortes de bebês em hospitais e falta de atendimento àqueles que mais necessitam".

Conforme a senadora, isso deve-se principalmente à privatização de

setores estratégicos da política, "e daí essa calamidade, essa falta de respeito com o cidadão, prejuízo com aparelhos danificados por piques de luz, e as frequentes queixas contra os serviços da empresa".

- Essas queixas chegaram ao Palácio Guanabara, onde o governador acentuou a hipótese de cassar, na Justiça, a concessão da Light. Mas nada foi feito. Não se pode deixar que um bairro como Ipanema fique por 9 horas sem energia elétrica. Se isto acontece



Benedita da Silva

com a cidade do Rio de Janeiro imaginem só o que estará acontecendo com as favelas? - indagou a senadora.

Benedita fez questão

de ressaltar que foi realizada uma reunião de emergência decidindo aumentar o fornecimento de energia de Angra I em 100% de sua capacidade de geração. No entanto, segundo a senadora, a própria Eletrobrás reconheceu que o calor gerou consumo muito acima do esperado.



Levy: ameaça no Paraguai

## Levy pede eleição no Paraguai

O senador Levy Dias (PPB-MS) apelou ao governo brasileiro para que induza o governo paraguaio a realizar eleições democráticas naquele país, respeitando a candidatura de Lino Oviedo, que está preso e aguardando julgamento.

Ele disse que Oviedo é o único preso político em toda a área do Mercosul e observou que, pelo Tratado de Assunção, essa organização só pode existir entre países democráticos.

Levy lembrou que, em novembro, já alertava o plenário para o problema paraguaio. Em sua opinião, a crise dos últimos dias poderá levar o Paraguai "a sair do regime democrático".



Suplicy: por uma solução pacífica

## Suplicy não admite guerra contra Saddam

Preocupado com a "atitude do governo brasileiro de expressar ou insinuar apoio ao possível e cada vez mais anunciado ataque militar dos Estados Unidos ao Iraque", o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu ontem a necessidade de o presidente Fernando Henrique empenhar esforços para se encontrar uma solução pacífica para o impasse.

Ele chamou a atenção para trechos de entrevista do presidente, apresentada pela TV Senado, que, "para um observador atento", indicam uma predisposição em apoiar o ataque. O senador foi apoiado por Gerson Camata (PMDB-ES) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Senador destaca apoio a projetos regionais que enfatizam o desenvolvimento sustentado no estado do Amazonas

## Agropecuária e madeireiras ameaçam Amazônia, diz Cabral

"A atividade agropecuária e a exploração de madeira têm sido os grandes vilões das derrubadas da floresta amazônica", afirmou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ontem. Segundo ele, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) localizam o desflorestamento na faixa denominada "Arco do Desmatamento", que compreende seis estados brasileiros.

- Esse desmatamento tem como causa determinante a conversão da floresta para a produção de pastagens e lavouras temporárias. Foram comprovados crescimento da área utilizada para a produção de grãos e extensão significativa do rebanho bovino, nos últimos anos, em Mato Grosso,



Cabral: madeireiras sob controle

no Pará, em Rondônia e em Tocantins - explicou.

De acordo com Cabral, no Amazonas, onde existe floresta tropical, tem havido preocupação das

autoridades locais em evitar a proliferação de madeireiras e projetos agropecuários que levem a um "desflorestamento descontrolado de conseqüências desastrosas".

- Providências foram tomadas para coibir a atuação das empresas asiáticas de exploração de madeira e tem sido dado apoio a projetos regionais, o chamado terceiro ciclo, que enfatizem o desenvolvimento sustentado no estado do Amazonas - informou o senador.

O pronunciamento de Bernardo Cabral foi elogiado, em partes, pelos senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Edison Lobão (PFL-MA) e Jefferson Pères (PSDB-AM).

## Marina desmente que Chico Mendes fosse informante

A senadora Marina Silva (PT-AC) insurgiu-se ontem contra a entrevista do delegado Mauro Sposito à revista *Veja*, contestando a informação de que o líder seringueiro Chico Mendes tenha sido colaborador da Polícia Federal. "Não aceito que, sobre o corpo manchado de sangue de Chico Mendes, se tente agora manchar a sua honra e a sua memória", afirmou.

Ela informou que os amigos do líder estão organizando este ano uma homenagem denominada "Dez anos sem Chico" para, numa análise de sua luta, avaliar o que avançou e o que permaneceu sem resposta desde sua morte.

Na opinião da senadora, a entrevista desse delegado parece destinar-se exclusivamente a macular essa homenagem, visto que apresenta o seringueiro como um colaborador da Polícia Federal.

Invocando o fato de haver conhecido Chico Mendes desde um curso de lideranças políticas da Comissão Pastoral da Terra, em 1979, Marina apontou como perversas e contraditórias várias afirmações de Mauro Sposito. "Essas acusações

não são verdadeiras e é muito estranho que reapareçam agora, pois 16 dias antes do assassinato já tinham aparecido nos meios de comunicação do Acre, merecendo uma resposta dura de Chico Mendes", disse ela.

Na opinião de Marina Silva, o reaparecimento de acusações como essas demonstra que, não satisfeitos com sua morte, aqueles que o mataram queiram agora "assassinar sua memória". Também lembrou uma frase ouvida do seringueiro pouco antes de sua morte: "Só vão acreditar que querem me matar quando eu morrer". No entender da senadora, aceitar a entrevista de Sposito é aceitar que se mate Chico Mendes duas vezes.



Marina: as duas mortes de Chico

## Júnia denuncia abandono de sítios históricos

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) encaminhou ontem à Mesa do Senado

requerimento dirigido ao ministro da Cultura, Francisco Weffort, denunciando o estado de abandono em que se encontram dois sítios históricos localizados entre os municípios de Ouro Branco e Ouro Preto, onde Tiradentes e outros inconfindentes reuniram-se para discutir planos da Inconfidência Mineira.

Para a senadora, não se pode permitir que uma parte da História brasileira venha a desaparecer pela falta de vontade política para promover a reconstrução dessas localidades. Segundo Júnia, os dois sítios só foram valorizados quando da implantação da Açominas. Juntamente com o requerimento, ela encaminhou reportagem publicada pelo *Jornal da Cidade*, de Belo Horizonte, assinada pelo repórter Geraldo Elisio, descrevendo o estado de abandono em que se encontram as duas estalagens. Em uma delas, chamada Varginha, a matéria informa que ficou exposta uma perna de Joaquim José da Silva Xavier, num sacolão de couro, imersa em salmoreira.

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

7h - Entrevista com a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) sobre clonagem humana  
7h30 - "Jornal da Amazônia"  
8h - Debate entre o senador Lauro Campos (PT-DF) e o economista Milton Campos (FGV) sobre a crise asiática  
9h00 - Sessão plenária (ao vivo)  
12h15 - Entrevista com a senadora Benedita da Silva  
13h - Debate entre o senador Lauro Campos e o economista Milton Campos  
14h30 - Sessão plenária (reapresentação)  
19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o deputado federal Tilden Santiago  
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"  
20h35 - "Senado em Pauta"  
21h30 - "Fala Cidadão"  
00h30 - Telejornal "Resumo da Semana"  
2h30 - Sessão plenária  
6h30 - Telejornal "Resumo da Semana"  
6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)  
Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashs* de reportagens, institucionais, especiais  
Programação sujeita a alterações.  
SABADO  
14h30 - Comissão de Constituição e Justiça de 21/01 - discussão e votação do projeto de lei que altera o Código Nacional de Trânsito (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)  
8h45 - "Plenário em Revista"  
9h - Sessão plenária  
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)  
19h - "A Voz do Brasil"  
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)  
24h - Retransmissão da sessão plenária  
SABADO  
8h - Resenha da semana (plenário)  
10h - Resenha da semana (Comissões/Presidência)  
10h30 - "Autoras e Livros" - com a apresentação da professora Margarida Patriota, o programa traz o poeta e ensaísta Cassiano Nunes  
11h - "A Música Erudita e seus Mestres" - no programa, duas obras sacras do compositor Antonio Vivaldi: "Glória" e "Introdução ao Dixit". Apresentação do senador Artur da Távola  
15h - Resenha da semana (plenário)  
16h - "A Música do Brasil" - um especial com o cantor Dick Faryey. Apresentação do senador Artur da Távola  
20h - "Especial do mês" - Com Elomar, Rafael Rabelo, Alceu Valença, Paulinho Pedra Azul, Dorival Caymmi e Hermeto Pascoal (reprise)  
22h - "Século XX" - Os anos JK, a Bossa Nova, o aparecimento do Cinema Novo, o apogeu do rádio. Também no programa, as vozes de Cauby Peixoto e Doris Monteiro

## Rocha quer alianças com o PT



Rocha: apoio

Na condição de líder do PDT no Senado, o senador Sebastião Rocha (AP) deu ontem seu apoio ao Partido dos Trabalhadores do Amapá, que anunciou que não participará da coligação favorável à reeleição do atual governador João Alberto Capiberibe. Ele esclareceu que o PDT adotou a mesma conduta em relação ao governador, que durante o exercício do atual mandato "não prestou serviço relevante ao Amapá e tentou aniquilar os partidos da coligação que o elegeram", afirmou.

Rocha também cumprimentou o PT pelos seus 18 anos, dirigiu uma saudação especial à regional do Amapá, e manifestou sua confiança na realização de uma aliança com o PDT de modo a que tenham candidato próprio ao governo do estado. "Faço votos - disse - que nossa coligação se solidifique".

## Amorim aponta corrupção em Rondônia



Amorim

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) fez ontem um apelo para que, com o seu prestígio e as prerrogativas do elevado cargo de presidente do Congresso

Nacional, o senador Antonio Carlos Magalhães faça com que "o grito de socorro do povo sofrido e humilhado de Rondônia chegue às autoridades" para que seja dado "um basta no mar de lama" em que se encontra o estado.

Segundo o senador, "o povo de Rondônia já não mais tolera conviver com a incúria e a corrupção".

Amorim disse que o governador quebrou o banco do estado, que deve, no momento, R\$ 700 milhões e paga juros de R\$ 10 milhões por mês à Caixa Econômica Federal, "para cobrir as irresponsabilidades e o desvio de recursos".

Suassuna apoia três propostas de Waldeck para resolver problema da disparidade de renda entre regiões brasileiras

## Verba pública pode ajudar no combate à desigualdade

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a necessidade de se fazer uma profunda revisão dos critérios de distribuição de verbas públicas federais, em especial das pertencentes a programas de cunho social, visando combater as desigualdades regionais no país.

Manifestou seu apoio a três projetos do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que prevêem soluções para o problema. O PLS nº 106/97, que determina uma distribuição mais equânime dos recursos do Programa de Crédito Educativo; o PLS nº 106/96, que "defende uma utilização mais racional" dos recursos do FGTS; e o PLS nº 79/95, que determina critérios de distribuição de verbas do salário-educação.

Suassuna destacou dados do do-

cumento publicado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), "que servem para comprovar o grande desnível entre o Nordeste e as regiões mais prósperas do país. Apesar de possuir 29% da população brasileira, a participação da região no PIB é de apenas 12,58%".

### EMPREGO

Em outro pronunciamento Suassuna afirmou que pesquisa da CNI aponta para uma queda expressiva do emprego na indústria, setor que, tradicionalmente, possibilitava aos brasileiros bons salários, do decorrer de toda a década, "em magnitudes que variam entre 35,3%, no caso da pesquisa domiciliar, e

18,3% no caso dos dados provenientes da Lei 4.923".

Segundo ele, em decorrência das mudanças impostas pela globalização, determinativas da rápida modernização da indústria, com conse-

quente redução de empregos, não há como reverter esses índices. "Só o desenvolvimento acelerado nos permitiria mudar esse quadro, cujas consequências sociais não podemos ignorar", afirmou. Também defendeu ampla revisão da legislação trabalhista, simplificando-a

ao máximo, de forma a assegurar direitos básicos de quem trabalha e afastando obstáculos ao crescimento e à modernização do Brasil.



Suassuna: social

## Alcântara aplaude medidas do governo para o ensino superior

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) congratulou ontem o presidente Fernando Henrique e o ministro da Educação, Paulo Renato, pelas medidas que visam "reverter o quadro desfavorável pelo qual passa o ensino superior no Brasil".

Mesmo pertencendo ao partido do presidente da República, o senador assegurou que esta circunstância não inibe sua



Alcântara: ensino

atuação parlamentar, quando se trata das ações do MEC no âmbito do primeiro grau. "É uma área - disse ele - em que o Executivo tem sido criativo, tanto através de campanhas para colocar as crianças nas escolas como para melhorar a qualificação dos professores, o que, infelizmente, não vem acontecendo com o ensino universitário".

Alcântara lamentou que até

o momento o governo "nada ou muito pouco" tenha feito pelo ensino superior. Por esse motivo, o senador aplaudiu as medidas do ministro da Educação. Lúcio Alcântara mostrou-se confiante em que elas introduzirão melhorias no terceiro grau.

Segundo o que foi antecipado, será um programa integrado para fortalecer o ensino superior nas instituições federais, inclusive melhorando as condições salariais dos professores - observou o senador.

## Ademir refuta críticas do ministro Paulo Renato ao prefeito de Belém

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou ontem sua solidariedade ao prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, que foi criticado pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, por não ter aderido à Programa Nacional de Matrícula.

O fato é que o governo federal manda que se faça matrícula de qualquer jeito em todas as escolas de todos os municípios brasileiros, mas não diz para a socie-

dade de onde é que vai tirar dinheiro para manter as crianças nas salas de aula - disse.

Ademir explicou que o único recurso que o Ministério da Educação dispõe para fazer essa campanha é o Fundo de Valorização do Magistério, que é repassado aos municípios com base nos alunos cadastrados no ano anterior. "Se a cidade tem,



Ademir: dinheiro

por exemplo, 50 mil alunos a mais do que o ano anterior, de onde virá o dinheiro para manter na escola todas as crianças?" Ele lamentou que o presidente Fernando Henrique tenha prometido R\$ 500 milhões provenientes da banda

B da telefonia celular para o programa e esse dinheiro não tenha sido disponibilizado.

## Palmeira anuncia ida de FHC a AL

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) informou ontem que, no final dessa semana, o presidente Fernando Henrique Cardoso visitará Alagoas para



Palmeira

inaugurar a subestação Teotônio Vilela, um empreendimento da Chesf no município de Messias, e a Adutora do Sertão. As duas obras públicas são relevantes para o estado, mas também trarão benefícios para a economia sergipiana, disse o senador, registrando que seu estado dá boas-vindas ao presidente.

Foram investidos R\$ 70 milhões na obra, que integra o novo sistema de transmissão Rio Largo I/Freitas Neto, com extensão de 121 quilômetros. Com a obra, o suprimento de energia no estado estará garantido até o ano 2007, além de gerar cerca de 2 mil empregos diretos e 7 mil indiretos.

## Otoniel vê BEG mais competitivo

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) cumprimentou ontem o governador Maguito Vilela e o presidente do Banco do Estado de Goiás (BEG), Waldir Martins de Lima, pela implementação de uma política de reestruturação administrativa que garantiu a boa situação do banco. Afirmo o senador que apenas o BEG, o Paraíba e o BRB encontram-se em condições de dispensar o auxílio do governo federal. De acordo com o senador, a decisão de direcionar os recursos especialmente para o atendimento das pequenas e médias empresas contribuiu para o seu desenvolvimento financeiro. Otoniel explicou que o programa de readaptação do BEG ao momento econômico do país exigiu a adoção de medidas para estabelecer padrões internos com vistas à competitividade.